

## ***Meninas do papá?***

### **Uma análise crítica da construção discursiva da relação pai - filha**

Maria Krebber<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Com base numa análise discursiva, iremos, neste artigo, discutir construções discursivas da família enquanto lugar social estruturado com base em concepções de género. Pretendemos demonstrar que, do ponto de vista da mulher/mãe, essa tem uma relação privilegiada com os seus filhos, o que deixa para o pai um papel secundário que, por sua vez, limita-o no desenvolvimento das relações com os seus filhos. Para além disso, a possibilidade de uma relação próxima entre pai e filha constitui uma ameaça à identidade positiva da mãe e é, por isso, normalmente construída como temporária ou baseada num comportamento menos responsável ou até condenável da parte do pai.

**Palavras-chave:** Relações Familiares, Identidade de mãe, Identidade de pai, Face, Transitividade

#### **Abstract**

Based on a critical linguistic analysis, this paper discusses discursive constructions of the family as a gendered social place. It will be shown that, from the point of view of the woman/mother, the mother holds the privilege of the closer relationship with her children, which leaves the father with but a secondary role, limiting his possibilities to form relationships with his children. Furthermore, the possibility of a close father-daughter bond constitutes a threat to the positive identity of the mother; therefore it is usually construed as a temporary bond, based on a less responsible or even exaggerated behaviour of the father.

**Keywords:** Family Relations, Maternal identity, Paternal Identity, Face, Transitivity

#### ***Introdução***

Nas últimas décadas, muitos estudos analisaram o lugar das mulheres na família como lugar de construção das identidades femininas, olhando para o discurso das

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - Unipê (2006), Pós-Graduada em Filiação, Adoção e Proteção de Menores pela Universidade de Lisboa (2008); Pós-Graduada em Direito da Bioética e da Medicina pela Associação Portuguesa da Direito Intelectual e Universidade de Lisboa (2008); Pós-Graduada em Proteção de Menores pela Universidade de Coimbra (2011); Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa (2010). Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; Diretora de Relações Internacionais do IBDFAM – PB (Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Paraíba); Vice-Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da OAB-PB; Membro da International Society of Family Law, da American BAR Association, da International BAR Association e da World Association for Medical Law; Autora da obra Homoafetividade e Direito (Ed. Juruá) e de diversos artigos publicados em obras coletivas e revistas, no Brasil e em vários outros países.

próprias mulheres ou para outros indicadores como inquéritos sobre horas de trabalho doméstico e profissional, modelos de guarda das crianças etc. Mas este lugar da mulher não pode ser visto ou analisado de forma isolada, uma vez que ele é só um ponto numa rede de relacionamentos que constituem a família e que se determinam mutuamente. Tendo como base uma relação heterossexual<sup>2</sup>, o lugar da mulher depende do lugar ocupado pelo homem e vice-versa. Mas ele não depende só do lugar que o homem realmente ocupa – quantificável através de horas ocupadas com tarefas domésticas e familiares –, mas também da *perceção* que a mulher tem do lugar do seu companheiro na rede familiar.

Com o objetivo de contribuirmos com mais uma peça para o puzzle que compõe as relações familiares, analisaremos neste artigo o modo como o olhar feminino sobre o lugar do homem-pai na família se constitui como potencial lugar de construção de identidades femininas.

Na primeira parte deste artigo apresentaremos alguns dados de cariz sociológico que fornecerão um enquadramento mais quantitativo sobre o lugar do homem português na família e exemplificarão a especificidade do caso português em termos de estrutura *genderificada*<sup>3</sup> da sociedade e da família. Segue-se o enquadramento teórico da própria análise linguística, informada sobretudo pela Linguística Sistémico-Funcional, a descrição dos dados e a análise dos mesmos. Concluiremos com uma breve discussão dos dados obtidos.

### *O lugar do homem na família portuguesa*

Em Portugal, como na maior parte das sociedades ocidentais, as ideologias de género e consequentemente as construções sociais dos lugares do homem e da mulher na sociedade – antes muito claramente definidos – têm sido postos em causa por tentativas de redefinição que correspondam às novas hegemonias de género. Até aos anos 70, em Portugal, o modelo vigente de família assentava numa clara divisão de esferas em que o homem/pai desempenhava o papel de sustentador e protetor. Apesar da mulher/mãe ser responsável exclusiva pelas tarefas domésticas, assim como

---

<sup>2</sup> Uma análise de outras constelações ou tipos de família será necessária para podermos chegar a uma compreensão mais ampla do panorama das famílias em Portugal. Devido às restrições impostas pelo *corpus*, a nossa análise poderá focar-se unicamente no modelo de família tradicional.

<sup>3</sup> A palavra “genderificado” é utilizada por Aboim (ex. 2008), constituindo uma adaptação para português do inglês “gendered”. Indica algo sob influência de conceções sociais de género.

pela educação e o acompanhamento das crianças, o pai mantinha também nesta área a posição de autoridade máxima, assim consagrada nas políticas estatais, sustentadas pela ideologia da igreja católica, muito presente (*apud* Wall, 2010). Em relação aos seus filhos, o papel normativo do pai era o de distante autoridade.

Estas estruturas de género começaram a ser postas em causa com a entrada em massa das mulheres no mercado do trabalho, a partir dos anos 60 do século passado, assim como por uma “mudança simbólica, que instaurou uma forte representação da igualdade como norma legítima” (Wall, 2010: 16). A Revolução do 25 de Abril de 1974 e as políticas de família dela resultante confirmaram e aceleraram este processo de mudança na procura de uma nova sociedade mais igualitária. O trabalho remunerado fora de casa representa hoje um dever social tanto para as mulheres como para os homens<sup>4</sup>. Todavia a esfera doméstica, incluindo o cuidar das crianças, tem-se demonstrado mais resistente às mudanças do que o mundo do trabalho pago, o que resulta num quadro de valores híbrido que caracteriza o caso português e que tem a sua razão sobretudo na rápida modernização da sociedade portuguesa (*apud* Aboim, 2007 e 2010). Aboim (2010) reporta os resultados de um inquérito efetuado em 2002 que mostra uma discrepância muito grande entre as horas que homens e mulheres portuguesas dedicam ao trabalho doméstico. Em comparação com os outros países europeus descritos, não são os homens portugueses que participam menos, mas observou-se que as mulheres portuguesas ficam acima das de *todos* os outros países no que diz respeito a horas dedicadas ao trabalho doméstico<sup>5</sup>. A autora explica este fenómeno com o facto de os papéis de dona-de-casa e mãe representarem fontes de gratificação pessoal para a mulher portuguesa. Um outro inquérito referido no mesmo artigo evidencia bem o conflito entre valores modernistas e tradicionalistas nas ordens de género e que se fazem notar também na perspetiva feminina sobre a participação masculina no cuidar das crianças. Enquanto 90,2% das mulheres defendem uma maior

---

<sup>4</sup> Já antes da Revolução de 1974, muitas mulheres portuguesas trabalhavam fora de casa. Este trabalho feminino não era, no entanto, o resultado de uma escolha livre da parte das mulheres e não era bem visto pelo Estado, pela igreja ou pela sociedade em geral. Não nos devemos esquecer que, ainda hoje em dia, muitas mulheres (e homens) continuam a trabalhar por necessidade.

<sup>5</sup> A autora defende também no mesmo artigo que a forma de divisão conjugal do trabalho em Portugal é de duplo emprego e desigualdade forte, em que homem e mulher trabalham, mas em que a mulher para além das suas horas de trabalho fora de casa ainda acumula mais de sete horas de trabalho doméstico. Segundo dados apresentados pela autora, depois do nascimento do primeiro filho, 63,4% dos casais enquadram-se neste modelo.

participação dos homens nesta área, 76,6% das inquiridas acham provável que a criança sofra caso a mãe trabalhe fora de casa. Só 11,7% das mulheres afirmam que a mulher deve ter um trabalho fora de casa quando a criança é menor de 6 anos. Os últimos dois números demonstram uma centralização do cuidar das crianças na mãe, reforçando assim a importância da relação mãe-filh@<sup>6</sup> em detrimento da relação pai-filh@<sup>7</sup>.

#### *Enquadramento teórico-metodológico*

O quadro teórico-metodológico escolhido para a análise das representações discursivas da posição do pai dentro dos regimes de género da família e em particular da sua relação com as filhas é o da Linguística Sistémico-Funcional (doravante LSF). A LSF (por exemplo Halliday, 2004; Eggins, 1994) conceptualiza a linguagem como um sistema semiótico que tem como objetivo principal a produção e a negociação de significados. A utilização da linguagem corresponde às necessidades sociais e pessoais dos seus falantes que, por meio dela, pretendem atingir os seus objetivos comunicativos. Os significados, que são construídos visando a realização destes objetivos, dependem do contexto social e cultural no qual um texto se insere. O texto, como produto linguístico de uma interação social, transporta consigo não só as marcas dos contextos específicos nos quais surge, mas também marcas de um nível de contexto mais elevado, o da ideologia. Como nenhum texto existe sem contexto, assim também nenhum texto existe sem fundo ideológico. Os instrumentos analíticos da LSF podem – entre outras aplicações possíveis – ser utilizados para desconstruir a ideia de um texto como sendo simplesmente a reprodução de uma realidade imutável e tornar evidente a natureza ideológica dos seus significados. Neste sentido, a LSF fornece os instrumentos e uma metalinguagem adequada a uma análise textual crítica e pode contribuir para a análise da construção, realização, manutenção e, potencialmente, da contestação de desigualdades sociais em textos de todos os tipos. O sistema linguístico é conceptualizado como um sistema de escolhas a nível lexical e gramatical. A escolha

---

<sup>6</sup> O grafismo “@” é aqui utilizado para indicar em simultâneo a forma masculina e feminina de uma palavra.

<sup>7</sup> Aliás, note-se a falta de correspondência das questões colocadas no referido inquérito em relação ao lugar do homem e da mulher em relação aos filhos. O questionário não prevê, por exemplo, a possibilidade da criança sofrer pela ausência do pai. Além disso, enquanto se admite a possibilidade da mulher se realizar no papel de dona de casa, não se concede a mesma possibilidade ao homem.

de um item lexical ou de uma estrutura gramatical é significativa, uma vez que ela adquire o seu significado pleno só em oposição com todos os outros itens e todas as outras estruturas que poderiam ter sido realizadas em alternativa (*apud* Eggins, 1994).

Como já foi referido, a razão de ser da linguagem é o facto de com ela podermos construir e negociar significados. Segundo a teoria da LSF, qualquer tipo de texto constrói simultaneamente três tipos de significados: ideacionais, interpessoais e textuais (*apud* Halliday, 2004). Os significados ideacionais referem-se à função dos textos de construir o mundo segundo a experiência do falante (metafunção ideacional). Os significados interpessoais dão conta do facto de um texto estabelecer relações entre os participantes da situação comunicativa (metafunção interpessoal). Os significados textuais dizem respeito às relações de coerência interna, a como as partes do texto e respetivos significados ideacionais e interpessoais são organizadas (metafunção textual). O presente artigo foca-se na função ideacional da linguagem, fazendo uso do instrumental analítico potenciado pelo Sistema de Transitividade. Este sistema contempla 6 maneiras de representarmos a nossa experiência do mundo, os chamados “processos”. Cada tipo de processo representa o mundo de forma diferente, envolvendo (ou não) determinados participantes e atribuindo-lhes papéis específicos (*apud* Gouveia, 2009). Os processos são realizados no grupo verbal da oração e cada um dos seis tipos (material, mental, relacional, verbal, comportamental e existencial) envolve uma configuração particular dos papéis dos participantes (*apud* Eggins, 1994). Também ao nível dos processos, a escolha de um deve ser vista perante o pano de fundo de todos os outros processos que estavam disponíveis para representar a mesma experiência.

Todos os tipos de processos têm potencial de caracterizar relações sociais entre indivíduos. Seguindo a classificação dos processos, distinguiremos dois tipos de caracterização direta destas relações:

*Caraterização estática:* processos relacionais e existenciais podem servir para constatar como uma relação é, descrevendo-a como algo estático. No caso dos processos relacionais, que estabelecem uma relação de “ser/estar” ou “ter” entre duas partes, a relação é representada normalmente pelos atributos que são conferidos a um portador (ex. *‘eu tenho uma relação muito boa com a minha mãe’*). No caso dos

processos existenciais, a relação é representada como existindo, sem que essa seja atributo de um participante (ex. *'há uma grande afinidade entre nós'*).

*Caraterização dinâmica*: processos materiais, comportamentais, verbais ou mentais constroem significados que envolvem algum tipo de ação (ex: *'a minha filha fala comigo'*. ou *'nós viajamos juntas'*). Estes tipos de ação podem ser manifestações ou consequências de um tipo de relação entre duas pessoas.

Para além destes dois tipos de caraterização direta distinguiremos ainda um terceiro tipo ligado à construção das causas que justificam a existência de uma determinada relação. A *caraterização causal* pode ser efetuada por todo o tipo de processos, desde que o texto estabeleça uma relação de causalidade entre a caraterização estática ou dinâmica e um conjunto de factos ou ações. Esta causalidade pode ser explícita ou implícita, devendo ser, neste último caso, inferida pelo interlocutor.

Todos os tipos de processos, com exceção dos processos existenciais, têm potencial para representar relações sociais como direccionadas. Gramaticalmente esta *direccionalidade* é construída quando os participantes são representados em papéis diferenciados, como acontece, por exemplo, em processos materiais em que há um participante *'ator'* e um participante *'beneficiário'*. Para além dos processos, outras formas de construção de direccionalidade são, por exemplo, a utilização de pronomes pessoais ou possessivos que fazem referência a um dos participantes de uma relação mas não ao outro. Por outro lado, a direccionalidade pode ser anulada, por exemplo, pela utilização de pronomes pessoais e possessivos que fazem referência aos dois participantes envolvidos na relação. *'Circunstâncias'* são muitas vezes usadas para construir direccionalidade, por exemplo, no caso de processos existenciais que por si só não a constroem, ou para reforçá-la.

A análise dos três tipos de caraterização e da direccionalidade é, como iremos demonstrar, potencialmente reveladora de ordens de género dentro da família e, em consequência, de identidades femininas e masculinas.

#### *Dados*

A presente análise é baseada em quarenta entrevistas individuais, conduzidas entre 2011 e 2013, com duas gerações de mulheres portuguesas: pares de mães e filhas.

Este *corpus* foi criado no âmbito do meu projeto de doutoramento. O grupo das filhas é constituído por vinte mulheres entre 36 e 44 anos de idade, maioritariamente casadas ou vivendo em união de facto. Dez destas mulheres concluíram um curso superior, as outras dez completaram o 12º ano de escolaridade. No grupo das mães, a idade varia entre os 58 e os 79 anos de idade; a maioria destas mulheres é casada, algumas são divorciadas, outras viúvas. Em relação à escolaridade, cinco destas mulheres concluíram um curso superior, outras cinco o 12ºano de escolaridade, o mesmo número de mulheres o 9º ano de escolaridade e as últimas cinco a 4ª classe. Mães e filhas vivem na área da Grande Lisboa, constituindo agregados familiares destintos (com uma exceção).

As relações familiares são abordadas numa das seis perguntas do guião das entrevistas, a única que aqui vai ser considerada. “P3: Fala-se nas “meninas do papá”, mas também diz-se que existe uma cumplicidade ou proximidade maior entre mãe e filha. Qual é a sua experiência? Existe algo de especial na relação entre mãe e filha?”

A pergunta propõe duas relações privilegiadas, uma entre mãe e filha e outra entre pai e filha e pretende assim provocar uma tomada de posição da parte da entrevistada perante estas duas construções. O último enunciado da pergunta redireciona o foco para uma das construções, i.e. para aquilo que parece ser um discurso comumente aceite de que existe uma relação privilegiada entre a mãe e a filha.

#### *“Meninas do papá” - uma relação especial entre pai e filha*

A análise de todas as respostas a esta pergunta resultou nos seguintes quatro tipos de relacionamento principais:

- (1) Existe uma relação especial entre mãe e filha
- (2) Existe uma relação especial entre pai e filha
- (3) A relação é especial entre mãe e filh@s
- (4) Não existem relações especiais predefinidas no seio da família.

Só metade das entrevistadas constrói um destes tipos de relação exclusivamente. Nas restantes entrevistas dois ou mais tipos de relação são construídos ao longo da resposta, diferenciando assim, por exemplo, entre experiência pessoal e declarações genéricas.

Os quatro tipos de relacionamento podem ser interpretados na sua relação de um maior ou menor grau de aceitação das relações propostas pela pergunta. O primeiro tipo de relação (1) apresenta o maior grau de aceitação de uma relação privilegiada entre mãe e filha. O discurso alternativo das *meninas do papá*, igualmente proposto pela pergunta, é aceite no tipo (2). Uma relação especial da mãe com @s filh@s, como em (3), não é proposta na pergunta, mas poderá ser interpretado como um alargamento da relação descrita em (1), acrescentando a essa uma maior valorização do papel da mãe. A resposta relativizadora (4), que recusa a existência de relações predefinidas, é a que mais se afasta de qualquer uma das relações propostas.

Com o objetivo de entendermos melhor quais os papéis discursivos atribuídos ao homem na sua condição de pai dentro das estruturas familiares, neste artigo analisaremos as construções discursivas do tipo (2) que apontam para uma relação privilegiada entre pai e filha. Tendo em conta que o nosso *corpus* consiste exclusivamente de entrevistas com mulheres, trata-se de uma análise do olhar feminino sobre o lugar do homem-pai na família.

Um número relativamente elevado de entrevistadas (16) constrói uma ligação especial entre pai e filha em algum momento na resposta à pergunta, fazendo referência à própria experiência como filha, à relação das próprias filhas com o pai ou generalizando. Só quatro destas mulheres constroem este tipo de relação como único possível nas suas respostas, todas elas da geração das mães e todas elas com um nível educacional baixo (4ª classe ou 9º ano de escolaridade)<sup>8</sup>. Nas restantes entrevistas, a caracterização da relação pai-filha como privilegiada é co-construída com outras relações. Uma maior proximidade entre pai e filha é construída de forma ligeiramente mais frequente pela geração das mães do que pela geração das filhas (9-7).

Na caraterização estática predominam construções que apresentam uma direccionalidade da filha para o pai. Ser “menina do papá” é um atributo da filha que é identificada como “eu”, “ela”, “elas” ou “as meninas”, dependendo do grau de generalização. Raramente a direccionalidade é invertida. Quando isto acontece, o pai é representado como portador de um atributo (ex. o pai tem uma paixão pela filha, tem uma tendência para a filha) ou é igualado a uma identidade/função (ex. é o herói para

---

<sup>8</sup> Para além desta, não foi identificada mais nenhuma correlação significativa entre o nível educacional e a construção de determinados subtipos da caracterização em questão



a filha, é a vida dela etc.) que constroem uma relação privilegiada. A utilização de processos existenciais é menos frequente e dá conta da existência de “uma afinidade” entre pai e filha, “uma tendência” da filha para o pai ou ainda de “discriminação” dos pais em relação aos filhos. Nos três casos, a direccionalidade é construída não pelo processo em si, mas pelas ‘circunstâncias’ ou pelo co-texto. Os três casos referidos são representativos das três interpretações possíveis do conceito de “meninas do papá” identificadas nas entrevistas: 1- uma relação de mútuo envolvimento; 2- uma relação que parte da filha e 3- uma relação cuja direccionalidade é construída do pai para a filha.

No que diz respeito à caraterização dinâmica, predominam processos materiais, enquanto processos mentais e verbais ocorrem com menor frequência. A maior parte dos processos materiais em que a filha ocupa o lugar do participante ‘ator’ descrevem ações cujo objetivo é a obtenção de uma reação da parte do pai: “F12<sup>9</sup>: estava sempre a exigir do pai (...) aquele contacto físico, jogos, brincadeiras”.

Estes processos servem também para caraterizar a relação entre pai e filha como fácil, uma vez que a resposta do pai é normalmente aquela que convém à filha. Voltaremos a este aspeto mais tarde. Nos processos em que o próprio pai é o ‘ator’ da ação descrita, podemos observar que esta ação é muitas vezes motivada por um pedido ou uma exigência da parte da filha: “FL15: (*hum*) que as meninas ã: passam essa fase de muito ligadas ao pai. e é tudo o pai que faz”.

No processo material “é tudo o pai que faz”, o pai não é agente por iniciativa própria, mas ocupa este lugar a pedido da filha. Nos casos em que a ação parte de uma iniciativa do pai, as ações consistem em “fazer brincadeiras”, “proteger a filha” e “dar atenção à filha”.

No grupo dos processos mentais, verificados em menor número, observámos novamente uma direccionalidade da filha para o pai. A filha é representada como “puxando para o pai”, o que expressa, num caso, um sentimento de maior

---

<sup>9</sup> A identificação das entrevistas divide o *corpus* em dois grandes grupos em função da escolaridade das filhas: F (filhas com o 12º ano de escolaridade) e FL (filhas com um curso superior). As mães destas mulheres são identificadas também em função da escolaridade das filhas como M (mães de filhas não licenciadas) e ML (mães de filhas licenciadas), sem que isto indicasse o nível educacional da mãe que, na maior parte dos casos, se distingue do da filha. Os números, para além de fazerem referência à ordem de gravação das entrevistas dentro dos grupos F/M e FL/ML, identificam os pares de mãe e filha atribuindo-lhes o mesmo número.

proximidade, noutro, uma parcialidade da filha em relação ao pai. No caso de FL12, a mesma parcialidade é expressa em processos mentais emotivos que caracterizam a relação dela com o pai na atualidade: “FL12: mas eu doí-me o coração a minha mãe não lhe perdoar, (...) eu sou muito pelo meu pai”.

A única entrevista em que um interesse do pai está na origem da relação privilegiada é na entrevista com ML07. É a única relação do tipo (2) em cuja base está uma vontade ativa e expressa da parte do pai de “querer” entrar em interação com as filhas: “ML07: depois ele chegava e queria brincar imenso com elas”.

A caracterização dinâmica por processos verbais é ainda menos frequente. Em todas as ocorrências, é a filha que fala com o pai, nunca o contrário.

Os momentos de caraterização causal foram divididos em três grandes grupos temáticos: uma maior facilidade da relação, um maior instinto de proteção da parte do pai e a existência de determinadas etapas de desenvolvimento da criança. Analisaremos os três nesta mesma ordem:

F06: eu fui menina do papá. eu se queria qualquer coisa era mais fácil ir ao papá do que à mamã.  
(hum) ele[:] cedia mais depressa ã: nas vontades. (...) ã: com a minha mãe, era às turras. Estávamos sempre às turras uma com a outra. ela gritava, eu fugia, ela batia, eu fugia (E: [riso]) pronto.

O excerto apresentado mostra uma interpretação recorrente do conceito “menina do papá”, que consiste numa relação mais fácil com o pai, caracterizada pela ausência de conflitos, por vezes pela ausência de castigo físico, e que se contrapõe a uma relação mais conflituosa com a mãe. Note-se também a construção de uma maior complacência da parte do pai em relação às ações e às vontades da filha. A causalidade entre este facilitismo da parte do pai e uma relação melhor com a filha é na maior parte das vezes, construída por mães falando das próprias filhas. A aproximação da filha ao pai e o conseqüente afastamento dela da mãe são pacíficos no caso de as mulheres falarem delas próprias, como é o caso no excerto acima transcrito. Quando se trata da observação de uma mãe em relação à própria filha, a primeira utiliza uma série de estratégias para minimizar o impacto negativo que este afastamento pode significar pela sua identidade de mãe. Um certo sentimento de indignação e de injustiça fica evidente na escolha de léxico de apreciação negativa quando, nestes casos, as falantes identificam o seu próprio papel em relação às filhas como o da “má

da fita” ou de “bruxa”, em oposição ao pai “herói”. Esta distinção é representada como baseando-se numa diferenciação clara de papéis entre mãe e pai. O papel da mãe é o de educar as crianças, papel indispensável mas ingrato, devido ao seu potencial de gerar conflitos. É a mãe que impõe as regras, enquanto o papel do pai se resume a atividades lúdicas. Em relação aos filhos, o papel do pai em casa resume-se ao de companheiro de brincadeiras, o que se torna evidente na elevada frequência de processos materiais como “brincar”, que não ocorrem na caracterização da relação mãe-filha (*apud* Krebber, 2013). Só em uma entrevista ao pai é atribuído um papel ativo na educação das crianças. O papel lúdico do pai é viabilizado pelo facto de as mães assumirem não só o papel de educadora, mas também outras atividades ligadas à vida da casa. Não é por acaso que, nas duas entrevistas em que a mãe é representada num outro espaço, enquanto o pai está a brincar com a filha, este local alternativo é a cozinha, local de excelência de ação feminina. Observamos então a contraposição do papel lúdico que o pai desempenha, e que leva a uma relação mais próxima com a filha, ao papel de educadora e responsável pelas tarefas domésticas da mãe. Em última análise, esta oposição valoriza a mãe, e não o pai, porque é ela que sacrifica a sua relação com a filha para o bem maior da mesma e da família em geral. Desta forma, a mãe neutraliza uma potencial ameaça à sua face positiva (*apud* Brown e Levinson, 1987) representada pela relação privilegiada entre pai e filha.

A postura mais relaxada e solta da parte do pai, que, nas presentes entrevistas, é construída somente em relação às filhas, poderia teoricamente ser alargado para filhos do sexo masculino, uma vez que ela é baseada numa divisão tradicional de tarefas com base no género dos pais e/ou é um atributo do pai. Ao contrário disso, várias entrevistadas atestam um maior instinto de proteção aos pais exclusivamente em relação às filhas, que não tem equivalente na relação com os filhos rapazes.

M03: muitas vezes os pais é porque (.) é que às vezes por fazerem determinadas coisas extracasa, eles protegem demasiado as filhas. e então a gente chama -- ou começa a ser a menina do papá. (*hum*) porque o papá não deixa a menina sair, o papá não quer que a menina sai, (...) mas querem sair e o pai às vezes trava, (*hum*) precisamente porque conhece o mundo exterior.

Neste caso, a caracterização é unilateral e não tem correspondência do lado da filha. Ser menina do papá significa a filha receber um tratamento diferenciado da parte do pai que visa protegê-la. A escolha de itens lexicais torna clara uma avaliação negativa

deste comportamento da parte de M03. Por razões condenáveis (por fazer “determinadas coisas extracasamento”), o pai limita a ação da filha, “trava” as saídas e protege-a “demasiado”.

Um outro grupo de mulheres constrói uma relação especial entre pai e filha como sendo uma etapa normal no processo de desenvolvimento da filha.

ML11: mas houve uma tendência enorme da filha para o pai. (hum) uma tendência enorme. Ainda hoje existe. O pai tem uma paixão pela filha uma coisa incrível. (...) Acho que é uma maneira de[:] a nível sexual de eles se desenvolverem. (hum) criam ali um impacto. é a mãe e é o pai. É o homem e a mulher. (hum) mas acho que não tem nada a ver. Porque depois eles crescem e as coisas ficam normalizadas. (...) mas é sempre a menina dele, (hum) é sempre a menina, (hum) e[:] nunca percebi isso, mas é verdade.

ML11 fala da sua própria experiência com a sua filha. É de destacar que a “tendência” desta para o pai é representada como processo existencial. Uma vez que o processo em si não apresenta direccionalidade e a “tendência” não é resultado de nenhuma ação da parte da filha, esta afirmação é menos ameaçador para a face positiva de ML11. Do lado do pai, a caracterização apresenta uma direccionalidade clara: ele “tem uma paixão [...] incrível” pela filha. Na utilização do adjetivo “incrível” está novamente presente a noção do exagero, que a preferência da parte do pai representa e que é reforçada, mais tarde, pela afirmação “nunca percebi isso, mas é verdade”. A paixão do pai pela filha foge à capacidade de compreensão de ML11. Como a maior parte das entrevistadas, ML11 constrói a relação preferencial entre pai e filha como temporariamente restrita. O ponto de viragem ou “normalização” das relações é, em todos os casos, identificado com a adolescência. A normalidade para a qual as relações familiares, no caso de ML11, evoluíram é claramente uma relação mais próxima entre filha e mãe, por um lado, e entre pai e filho por outro, evidenciado no facto de o filho “desabafar” com o pai e a filha com a mãe. A relação próxima entre pai e filha não passa, por isso, de uma “escapadinha” passageira por um mundo exótico, que é o dos homens, e não tem, por isso, consequências alargadas para o relacionamento entre mãe e filha. Como este outro mundo não permite um desenvolvimento saudável das meninas, a digressão acaba inevitavelmente no regresso delas ao “mundo feminino”, i.e. ao seu lugar, que é junto das mães. Esta

mudança/passagem acontece apesar da ausência de elementos exteriores, o que reforça o seu carácter inevitável e natural.

Não podemos deixar de identificar nestes dados um discurso que se prende com os ensinamentos de Sigmund Freud e, em particular, com o conceito do complexo de Édipo<sup>10</sup>. Embora só uma vez referenciada explicitamente numa entrevista<sup>11</sup>, a teoria psicanalítica representa um discurso disponível às mulheres. Identificamos, porém, que o acesso a este discurso depende da geração, uma vez que este discurso de uma relação mais próxima com o pai como uma fase necessária no desenvolvimento das filhas foi identificado maioritariamente no discurso das filhas. Só no âmbito desta fase de desenvolvimento, as mães admitem uma direccionalidade clara da filha para o pai. É a filha, que “exige do pai” (F12), que “puxa mais para o pai” (F01), que “pede ao pai” (FL15) ou que se “identifica mais com o pai” (F10), mas esta direccionalidade acaba com a adolescência.

Em alguns poucos casos, a relação especial entre pai e filha é representada como duradoura, excedendo o tempo da adolescência da filha. Nestes casos, trata-se de uma relação que é especial em domínios específicos, como no caso de ML11. É estabelecida uma relação de causalidade entre os atributos do pai de “ser advogado” e de “ser mais informado” os quais estão na origem do facto da filha, em questões intelectuais, procurar mais o pai como interlocutor, e “desabafar” mais com a mãe. A mesma distribuição de papéis é representada noutra entrevista com uma mãe e pode ser interpretada como reflexo do facto de as mulheres da geração mais velha terem tido – não só em Portugal, mas um pouco por todo o mundo – um acesso muito mais restrito a níveis de educação elevados e profissões de prestígio do que os homens. Podemos encontrar um indicador de mudança social no facto de as filhas com um nível educacional elevado (grau de ensino superior) procurarem a conversa com os pais por afinidades intelectuais. Relações mais próximas entre pai e filha, que ultrapassam os limites da adolescência, encontramos sobretudo quando as mulheres constroem a sua identidade de filha. Só nestes casos a falante admite uma direccionalidade clara que

---

<sup>10</sup> Freud acreditava que a criança na idade por volta dos cinco ou seis anos desenvolve uma relação afetiva com o progenitor do sexo oposto, e uma relação de rivalidade com o do mesmo sexo (Mitchell e Black, 1995).

<sup>11</sup> Não será por acaso que esta mulher, embora não tendo finalizado um curso superior, frequentou o curso de Psicologia.

deixa transparecer uma preferência da filha pelo pai. Como, nestes casos, não existe nenhuma ameaça à identidade de mãe, i.e., da imagem positiva que a falante tem dela própria como mãe, tendo em conta as normas sociais que condicionam esta imagem, a falante não recorre a estratégias discursivas de manipulação dos significados construídos, como acontece no seguinte exemplo:

M08: eu por exemplo sempre fui muito filha do papá, (*hum*) sempre, muito, muito filha-- até[:] ao último-- até ao dia que o meu pai morreu. (*hum*) portanto, eu fui sempre filha do papá. e ã: e eu tinha uma cumplicidade muito maior com o meu pai do que com a minha mãe. e era capaz de contar tudo ao meu pai.

Não há risco de ameaça à face positiva de M08 que, apesar de fazer parte do grupo das mães, está neste excerto a construir a sua identidade de filha. Encontramos nesta entrevista elementos de caracterização invulgares na descrição da relação pai/filha, uma vez que “ter cumplicidade com” e “contar tudo a” são processos recorrentes na caracterização da relação próxima entre mãe e filha (*apud* Krebber, 2013), mas não ocorrem normalmente na construção da relação pai/filha. Seria altamente prejudicial para a face positiva da mãe construir uma relação destas entre a própria filha e o pai, além de tudo porque, neste caso, a relação não é temporariamente restrita, mas perdura até ao fim da vida do pai. Uma construção igualmente duradora é construída por FL12 também relativamente à relação dela com o pai. FL12 não consegue ser imparcial em relação ao pai e toma normalmente partido por ele, mesmo quando o pai não tem razão. Esta relação especial, direcionada da filha para o pai, resiste até ao facto de a mãe ser o “farol” ou um “pilar” na vida dela. É interessante notar, que nos dois casos (M08 e FL12), as entrevistadas fazem questão de afirmar que, no caso delas como mães, as relações já são diferentes. Elas têm uma relação mais próxima com as suas filhas do que os respetivos pais; o contrário seria, mais uma vez, prejudicial para a identidade de mãe que está a ser construída.

Em último lugar, queremos ainda fazer referência a uma interpretação extrema do conceito de “menina do papá”. Uma entrevistada critica ferozmente o conceito em questão, atribuindo-lhe um significado, não de relação privilegiada, mas de relação exclusiva, que exclui qualquer outro tipo de relação alternativo, que aliás discrimina os elementos excluídos da relação.

M10: noto que há[:] discriminação e depois eles sentem porque a menina do papá -- é tudo para a menina e a menina quer e o papá dá, a menina faz e o papá tolera, que, por um lado é muito bom mas por outro lado, para a vida futura deles é muito mau. (*hum*) não sei até que ponto isso será-- fala ã: será bom para[:3] a juventude de hoje terem uma[:] educação assim, o pai a puxar pela menina e a mãe a puxar pelo menino, (*hum*) e[:] a mãe gosta mais-- (...) e eles começam-se a sentir discriminados, começam a entrar em coisas que não devem entrar, começam-se a isolar, começam-se a fechar, precisamente porque não há o diálogo entre todos, (*hum*) há só com um ou com outro, se está um não está o outro, se dá a um não dá ao outro, e isso é muito[2:] complicado. (*hum*) eu como felizmente os criei sozinha como digo, e tive dois, um rapaz e uma rapariga e para mim foram sempre iguais, (*hum*) nunca teve discriminação.

A caracterização estática revela a equiparação do conceito de “menina do papá” com o da discriminação. A direccionalidade transparece no próprio conceito de discriminação, que assenta numa compartimentação do mundo com base em critérios que estão fora do alcance da compreensão das crianças, como neste caso do género. É o pai quem discrimina positivamente as filhas, o que se manifesta na complacência do mesmo em relação às vontades e ações da filha, que já observámos em outras entrevistas. Também encontramos uma construção, embora abandonada, de uma diferença ao nível do ‘gostar’. Em todas as outras entrevistas em que ocorrem caracterizações por processos mentais emotivos (gostar) nos quais um dos pais ou a filha são ‘experenciadores’, estes são utilizados para negar uma diferença a este nível: o pai não gosta mais que a mãe e vice-versa; a filha não gosta mais do pai que da mãe. M10 constrói este quadro de relações familiares como generalizado e como tendo as suas causas no mau-funcionamento das estruturas familiares na sociedade contemporânea, caracterizadas por falta de respeito, de uma educação correta e de castigo. A avaliação negativa desta representação da realidade torna-se mais evidente na exposição das suas consequências para o desenvolvimento dos filhos, que “começam a entrar em coisas que não devem”. Sobre este pano de fundo, a identidade de mãe de M10 é valorizada pelo facto dela, apesar de inúmeras dificuldades - entre as quais podemos identificar violência doméstica, separação do marido, dificuldades financeiras etc. - ter educado a filha e o filho de forma igual, i.e., sem a discriminação generalizada que ela construiu anteriormente como presente na sociedade. O resultado, testemunhado pela vizinhança, são dois seres humanos

“espetaculares”, que valorizam a identidade de mãe de M10 através do seu papel mais importante, o de educadora.

### *Conclusão*

As representações que as pessoas fazem da sua experiência dependem de uma série de fatores, nomeadamente das condições sociais nos quais se enquadram. Nos anos 70, quando a geração das filhas retratada neste estudo foi educada, em Portugal predominava o modelo maternocêntrico de guarda das crianças (*apud* Wall, 2012). As mães destas mulheres ocupavam o lugar que a sociedade portuguesa previa para elas, enquanto os pais não tinham lugar na esfera doméstica ou perto dos filhos.

À primeira vista, a frequência de construções de proximidade entre pais e filhas no *corpus* parece contradizer estas estruturas de organização social. Mas uma análise mais aprofundada mostra que estas construções não questionam verdadeiramente o papel predominante da mãe em relação aos filhos, mas que, pelo contrário, o seu potencial inovador e modificador é anulado pela escolha de determinadas estruturas lexicais e gramaticais. É precisamente a frequente ocorrência destas estratégias que mostra que o papel predominante ainda constitui um elemento identitário fundamental não só para a geração das mães mas também para a das suas filhas enquanto mães. As representações do lugar do pai na família não só negam a este qualquer relação privilegiada com os filhos, mas até um papel igual ao da mãe. Maurer *et al.* (2001) mencionam vários estudos, nos quais a importância que a mãe dá à envolvência do pai no cuidar das crianças, assim como a percepção que o pai tem desta avaliação da mãe, influenciam o comportamento do pai nesta matéria. Isto significa que, enquanto as mães não atribuírem mais importância ao pai no cuidar das crianças, o pai vai continuar a ser de facto um participante passivo.

A única maneira de o pai estabelecer uma relação próxima com @s filh@s em geral, e as filhas em particular, passa por um papel menos responsável, mais lúdico, que agrada mais às filhas e origina assim uma relação privilegiada. Mas uma relação nestas condições será forçosamente temporariamente restrita à infância da filha. Nas entrevistas analisadas, uma relação próxima entre pai e filha é, de facto, na maior parte dos casos, construída como temporária, como uma passageira viagem pelo mundo do outro sexo que faz parte do processo de desenvolvimento das meninas e



que acaba com a adolescência, quando as diferenças de sexo (físicas, de relacionamento e comportamento) se começam a manifestar de forma mais clara. Quando a relação excede os limites da infância, ela é frequentemente caracterizada por comportamentos da parte do pai que são criticados pelas mães como exagerados e tendo consequências negativas sobre as filhas.

Concluimos que, no olhar feminino, uma relação especial entre pai e filha não é uma alternativa de relacionamento válida, nem tão aceitável como uma relação próxima entre mãe e filha. Ela representa uma ameaça à identidade positiva da mãe, cujo epicentro é uma relação próxima com @s filh@s.

#### Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2010), "Género, família e mudança em Portugal", in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (org.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 39-66.
- Aboim, Sofia (2007), "Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus", in Lúgia Amâncio; Karin Wall (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 35-91.
- Brown, Penelope; Levinson, Stephen C. (1987), *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eggins, Suzanne (1994), *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter.
- Gouveia, Carlos Alberto Marques (2009), "Texto e gramática: Uma introdução á linguística sistémico-funcional", *Matraga*, 16(24), 13-47.
- Halliday, Michael Alexander Kirkwood (2004), *An Introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Education.
- Krebber, Maria (2013), "My mother is my best friend...?!" - *The discursive construction of a special mother-daughter relationship*. Comunicação oral apresentada no I-mean@uwe 3; University of West England, United Kingdom.
- Maurer, Trent W.; Pleck, Joseph H.; Rane, Thomas R. (2001), "Parental identity and Reflected-appraisals: Measurement and Gender Dynamics", *Journal of Marriage and Family*, 63, 309-321
- Mitchell, Stephen A. e Black, Margaret J. (1995), *Freud and Beyond: A History of Modern Psychoanalytic Thought*. New York: Basic Books.
- Wall, Karin (2012), "Modos de guarda das crianças", in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (2ª ed.), 499-516.